

**FEMININO GENÉRICO E LINGUAGEM NEUTRA:
escritas transgressoras em diálogo com o revisor**

**GENERIC FEMININITY AND NEUTRAL LANGUAGE:
transgressive writing in dialogue with the reviewer**

Maria José Ramos Vargas¹

À saudosa professora Lúcia Helena Vianna (*in memoriam*), amiga e orientadora na pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, pela coragem com que me estendeu a mão desde que, há tempos, escolhi percorrer caminhos transgressores na pesquisa acadêmica.

RESUMO

Este ensaio trata da interlocução do profissional de revisão com textos de Debora Diniz, André Carvalho e Eliane Brum, que propõem formas de expressão do gênero gramatical em dissonância com a gramática normativa do português, problematizando, desse modo, seu sistema prescritivo. Nesse sentido, toma como base as reflexões de Rodrigues (2015) sobre a necessidade de se considerar a dimensão textual-pragmática-discursiva do texto no trabalho de revisão. Desse modo, ganha destaque o conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin, a partir da obra *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, de José Luiz Fiorin. A compreensão e o sentido do texto são pensados então como o resultado das relações de sentido que se estabelecem por meio da interação de um conjunto de vozes que o texto recupera, o que aponta para sua dimensão histórica. Destacam-se neste trabalho a voz do revisor, da gramática prescritiva, assim como dos discursos teóricos que refutam o sistema normativo de gêneros gramaticais – Borba e Lopes (2018), Caldas-Coulthard (2007) e Mäder (2015). São elas as vozes responsáveis pelo embate que resulta no(s) sentido(s) do texto. Estreitamente relacionados ao dialogismo, evidenciam-se os conceitos bakhtinianos de acabamento e de gêneros discursivos, que são também abordados.

Palavras-chave: Gramática Normativa; Gênero Gramatical; Dialogismo; Acabamento; Gêneros Discursivos.

ABSTRACT

This study deals with the interlocution between the professional text revisor with the texts by Debora Diniz, André Carvalho and Eliane Brum which propose gender grammatical expressional forms in dissonance to the portuguese normative grammar, enhancing thereby, its prescriptive system. In this sense, it takes Rodrigues reflections as basis considering the text-pragmatic-discursive dimension in the review work. Thus, it highlights Mikhail Bakhtin's dialogism concept from his work called *Introduction to Bakhtin's thinking* by José Luiz Fiorin. The text's understanding and meaning are hence considered as a result from the meaning relations which are established through the voices interaction enhanced from the text, what leads to its historic dimension. In this paper the revisor's voice, the precriptive grammar as well as the theoretical discourses are highlighted which refute the grammatical gender normative system- Borba and Lopes (2018), Caldas-Coulthard (2007) and Mäder (2015). These are the

¹ Sou aluna do curso de pós-graduação em revisão de texto na PUC Minas. E-mail: zezavargas@yahoo.com.br

voices responsible for the conflict which results the text meaning(s). Intrinsic related to the dialogism, the Bakhtinian refining and gender discursive concepts stand out, which are approached as well.

Keywords: Normative Grammar; Grammatical Gender; Dialogism; Refining; Discursive Gender.

1 INTRODUÇÃO

[...] nenhuma coisa é (existe) onde falta a palavra. [...] Onde a palavra falha, não há coisa. A palavra disponível é o que confere ser à coisa.” (Heidegger)

No livro *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*, Carola Saavedra (2021, p. 50-51) relata um episódio que, para a autora, representa a experiência limitadora que uma língua portuguesa fechada na clausura de suas próprias regras inflige ao falante, na medida em que não dá conta de expressar significados que escapam aos seus preceitos. A feliz imagem que dá título ao texto – “Amarras Linguísticas” – antecipa um paradoxo: a impossibilidade que a gramática normativa da língua portuguesa instaura – e que mantém a ensaísta atada – diante da tentativa de dizer que Clarice Lispector é a melhor dentre as escritoras e os escritores da língua portuguesa; o mesmo idioma que não permite que a autora de *A paixão segundo G.H.* possa ser qualificada. “Ao dizer ‘melhores escritoras’”, argumenta Saavedra (p. 50), “eu a restringia às escritoras do sexo feminino” [...].

A ausência da palavra – estamos diante do dilema da narradora. E é onde falta a palavra que nenhuma coisa existe; retomemos aqui o enunciado formulado pelo filósofo alemão Martin Heidegger (2019[1959]), a partir do verso do poeta Stefan George, que serviu de epígrafe para estas reflexões. Diante da falha (da falta), propalada aqui por Heidegger e referendada por Saavedra, o que resta então?

Este ensaio reúne textos que se constroem em reação a essa falta. Dito de outro modo: buscamos trazer para a discussão uma escrita que se produz na contramão da gramática normativa, na medida em que propõe – e este é um ponto que nos interessa – o uso de marcadores do gênero gramatical, lexical e morfológico em dissonância com o que prescrevem os preceitos da gramática. Tomando como base a análise crítica do discurso, entendemos que a gramática normativa, como construção histórica que é, faz ressoar uma linguagem que exclui determinados sujeitos em detrimento de outros.

A outra questão – a mais relevante – que se impõe nesta discussão traz para a cena o revisor, que entendemos tratar-se, tendo em vista o conceito bakthiniano de dialogismo, de uma voz que integra a cadeia discursiva, juntando-se às outras vozes que compõem a historicidade do texto. Esse profissional vai encontrar nos textos de Débora Diniz, André Carvalhal e Eliane Brum – e também na narrativa de Caldas-Coulthard – a reivindicação da palavra que deverá ocupar o espaço da falta, que será capaz de se colocar no lugar da ausência, a que nos referimos anteriormente. Nesse espaço é que vai se construir o discurso de denúncia e, ao mesmo tempo, de subversão das normas prescritivas da gramática.

Este trabalho pretende ensaiar um encontro do revisor – esse leitor privilegiado – com Diniz, Carvalhal e Brum. É com o olhar voltado para a leitura dialógica do texto que esse profissional poderá perceber como essas autoras e esse autor constroem seus enunciados que, passíveis de atitude responsiva, requerem que ela seja o mais próximo possível do desejado. Intermediados pelas outras vozes que atravessam as narrativas, autoras, autor e revisor constroem então o sentido de cada um dos textos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A intervenção textual para além da gramática normativa, dialogismo e acabamento

Pensar a relação entre o profissional de revisão de texto e aquele que lhe apresenta um texto que deverá ser objeto de intervenção sempre nos pareceu uma tarefa instigante. Tema, além do mais, da maior importância, põe em cena inúmeros teóricos, que se dedicam a refletir sobre as atribuições daquele a quem compete a revisão textual. Roger Costa, Daniella Rodrigues e Daniela Pena (2011), e também José de Souza Muniz Júnior (2009), trazidos aqui como referência, argumentam sobre a necessidade de o revisor extrapolar os limites da tradição gramatical. Já não basta então reduzir o resultado desse trabalho à detecção exitosa de “erros” identificados a partir das regras da gramática normativa. Quando o revisor se limita a devolver ao autor tão somente um texto livre dos deslizos que a norma prescreve como tais, desconsidera outra questão essencial envolvida na sua atividade, qual seja, o fato de que, além de atentar para a materialidade linguística do texto, é preciso levar em conta as práticas discursivas nas quais ele circula, vinculando, dessa forma, duas dimensões: a dimensão linguística e a textual-pragmática-discursiva.

No que diz respeito à materialidade linguística do texto, Carolina Fedatto e Beatriz Coelho chamam a atenção para a concepção que a fundamenta:

[...] a possibilidade de municiar as línguas com escrita, manuais, gramáticas, dicionários, terminologias especializadas, sistemas de ensino e leis faz parte de práticas que intervêm num imaginário de língua, na língua que podemos descrever, instrumentar, revisar, controlar, comparar, padronizar. (FEDATTO; COELHO, 2016, p. 353).

Atua, portanto, complementam as autoras, “uma política linguística específica que tenta organizar as práticas significativas” a partir desse olhar que considera um ideal de língua. (FEDATTO; COELHO, 2016, p. 353).

A dimensão textual-pragmática-discursiva, por sua vez, diz respeito às “estratégias do dizer em relação às condições de produção do discurso” (RODRIGUES, 2015, p. 357-358). Isso porque, retomando Fedatto e Coelho (2016, p. 353), “a língua é também o meio pelo qual os homens se relacionam e constroem um mundo partilhado, ela tem uma ordem própria que se impõe aos falantes colocando limites e possibilidades ao dizer”. O texto se constitui então a partir da circulação dessas práticas discursivas, num atravessamento de discursos entre os quais está presente a voz do profissional de revisão, indivíduo que vai integrar esse conjunto de vozes que forjam o(s) sentido(s) do texto.

Dizer que o texto se constrói a partir do entrelaçamento de discursos/vozes significa considerar a sua natureza dialógica. Examinando o conceito de dialogismo pensado por Mikhail Bakhtin, José Luiz Fiorin explica que, de acordo com o teórico russo,

[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. (FIORIN, 2016, p. 21-22).

Fiorin (2016, p. 24) busca dar mais clareza ao conceito bakhtiniano de dialogismo ao dizer que é a linguagem que permite que o sujeito acesse a realidade, que “todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam”. O enunciado, acrescenta o crítico, se caracteriza por ser constitutivo da relação dialógica; “[n]ele estão presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”.

A natureza dialógica do enunciado consiste em que ele coloca em cena um locutor que, ao dizer, revela uma posição e convoca o seu interlocutor a uma resposta. Porque é a réplica de um diálogo, o enunciado “tem um acabamento específico” (OLIVEIRA, 2007, p. 26), o qual “implica abertura para o outro e não o fechamento em uma estrutura”, como acontece em relação às “unidades da língua” – “os sons, as palavras, as orações” (p. 23), que, embora acabadas, não permitem uma resposta, já que não pertencem a um locutor que, como tal, assume um posicionamento quando fala. Disso decorre que “as unidades da língua são neutras, enquanto os enunciados carregam emoções, juízos de valor, paixões...” (p. 26). O acabamento, categoria pensada por Bakhtin, está intrinsecamente relacionado ao conceito de dialogismo, uma vez que dá visibilidade ao

[...] projeto de dizer do autor, a forma que ele dá ao seu conteúdo temático, como ele se relaciona com seu destinatário, em que contexto de produção foi constituído, enfim, que estratégias discursivas escolhe para interagir com outrem. (OLIVEIRA, 2007, p. 65).

Quando o profissional de revisão tem diante de si um texto que deverá ser submetido à revisão, ele vai se apresentar então como uma voz que assume “uma posição responsiva” nessa interlocução, uma vez que também ele é esse sujeito constituído na linguagem e pela linguagem, intermediado pela relação dialógica. O revisor é, portanto, convocado a integrar-se ao conjunto de vozes que constituem o texto. À sua voz vão se juntar outras vozes, outros enunciados, que podem ser anteriores e passados, “fios ideológicos que o discurso retoma, rebate, incorpora”, como também podem constituir-se daqueles enunciados que vão sucedê-lo, ou seja, “os outros inscritos no que o eu diz, a quem esse eu se dirige” (FIORIN, 2016, p. 36; MUNIZ JR, 2009, p. 4). Temos então que o caráter dialógico do texto em que o revisor toma parte trata do diálogo entre interlocutores (e o revisor é um deles) e do diálogo com outros textos. Ainda que essa voz não se manifeste no fio do discurso por meio de uma correção ortográfica que seja, mesmo que não apareçam aí “traços de singularidade ou de autoria”, ela está aí presente (FIORIN, 2016, p. 27; MUNIZ JR, 2009, p. 9).

Tendo em vista o dialogismo constitutivo da linguagem de que trata Bakhtin, que instala o revisor na cena do discurso e aponta para a historicidade presente no texto, torna-se questão fundamental destacar a natureza dos enunciados que constituem o mundo interior do sujeito e sua relação com a ideologia.

Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são a expressão de

uma consciência individual, descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade (FIORIN, 2016, p. 64).

Se, como conclui Fiorin (2016, p. 65), “[é] na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso”, talvez aqui se possa situar a figura do revisor, na tentativa de ensaiar um esboço acerca do(s) lugar(es) que ocupa na cadeia discursiva. Levado pelas exigências que a natureza do trabalho lhe impõe, ele deve produzir um resultado que se aproxima ao máximo de um ideal de recepção por parte do leitor. Nas palavras de Muniz Jr (2009, p. 7)), “[o]profissional, com seu “olhar de alteridade”, prevê as leituras possíveis/prováveis e, com base nisso, propõe novas textualizações para que o texto tenha uma recepção o mais próximo possível da esperada/desejada”.

Muniz Jr (2009) destaca o caráter reducionista por meio do qual se avalia a eficácia do texto, baseada que está em sistemas de normas. Costa, Rodrigues e Pena (2011, p. 57) consideram “o aspecto coercitivo da prática de revisão de texto quando pensada nos moldes da tradição gramatical” [...] “e a falta de autonomia do profissional atuante nessas circunstâncias, que o impedem de reavaliar os preceitos e leis que segue em função da sistematização de fatos linguísticos encontrados durante sua própria atuação”. Vê-se, aí, portanto, o atravessamento externo que as injunções de sua atividade lhe impõem, na medida em que sobrevalorizam a dimensão linguística da prática discursiva em detrimento da sua dimensão textual-pragmática-discursiva. Quando esses sistemas prescritivos e coercitivos se sobrepõem enquanto critérios de avaliação do trabalho do revisor, o que fazem é ignorar sua atuação na trama do texto. Em outras palavras, tentam produzir o silenciamento dessa voz que se junta às tantas vozes que engendram o discurso.

Mas ele necessita também “ouvir” as outras vozes que dialogam no texto, de modo a identificar-lhes a historicidade. É com essas vozes heterogêneas, às vezes consensuais, muitas vezes conflituosas, outras vezes veladas, que o revisor vai dialogar “para pôr em destaque o texto como lugar privilegiado de embate de valores” (MUNIZ JR, 2009, p. 3). “Essa trama interdiscursiva do texto a ser ‘mexido’”, assegura ainda Muniz Jr (2009, p. 9), é que “determina quais normas o profissional de intervenção irá incorporar ao texto ou, ao contrário, vetar no decorrer do trabalho”. No entendimento de Fedatto e Coelho (2016, p. 354), trata-se de escolhas em que não pode haver consenso, mas tensão, já que são essas escolhas que “vão determinar o peso que as construções linguísticas de determinados autores terão no espaço social”.

Esse modo de pensar a intervenção textual vai achar acolhida no dialogismo de Bakhtin, para quem, de acordo com as palavras de José Luiz Fiorin, a análise histórica dos textos

[...] deixa de ser a descrição de uma época, a narrativa da vida de um autor, para transformar-se numa **fin a e sutil análise semântica, que vai mostrando aprovações ou reprovações, adesões ou recusas, polêmicas e contratos, deslizamentos de sentido, apagamentos etc.** (FIORIN, 2016, p.65, grifo nosso).

2.2 O texto: muitas vozes, vozes diversas

O sistema de prescrições postas ao revisor de texto – notadamente as que estão contidas na gramática normativa – é a representação do modelo estrutural a ser seguido para o que se considera o correto funcionamento da língua. Estável, fixa, baluarte da correção, da padronização da chamada norma culta, das práticas de regularização da língua, a norma gramatical desconsidera, entretanto, que a língua “é um terreno movediço, sem pontos fixos de sustentação, um fenômeno repleto de zonas de indeterminação”; que é praticada por sujeitos que habitam um mundo em que as certezas estão diluídas (BORBA; LOPES, 2018, p. 249).

Fedatto e Coelho (2016, p. 344) buscam em Faraco (2005) o argumento de que a mudança linguística na língua escrita é um caminho longo; de que se trata de um terreno tipicamente conservador, cujo controle social é exercido pelos “estudiosos da língua”, assim como pelos “falantes dos grupos socioeconômicos mais altos, que reagem negativamente às inovações, considerando-as parte de um processo de degradação ou corrupção. Desse modo, “bloqueia[m] a entrada das formas inovadoras”. Citam, então, o caminho apontado por Faraco:

É com a quebra progressiva desse estigma (isto é, com a mudança de valores correlacionada com mudanças nas relações sociais) que as formas inovadoras vão adquirindo condições de se expandir para outras variedades da língua” (FARACO, 2005, p.28 *apud* FEDATTO; COELHO, 2016, p. 344).

Essas outras variedades a que se refere o teórico vão ao encontro de sujeitos que se movem e que requerem da língua outros lugares para se constituir, para dar sentido à própria existência. Esse confronto entre a norma que ignora o movimento e a errância dos sujeitos e dos sentidos e os movimentos que a colocam em xeque deixa ver os conflitos e as contradições instalados no embate ideológico em que se apresentam as diversas vozes sociais. “Estudar discursos sobre a língua pode nos ajudar a entender como certos regimes de verdade a constituem e, conseqüentemente, compreender como usuárixs (sic) dessa língua enfrentam e (re)organizam o social” (BORBA; LOPES, 2018, p. 256).

De outra maneira, e retomando o conceito de dialogismo de Bakhtin, é preciso não perder de vista que a gramática representa mais uma voz na trama do texto, já que tem uma história. Muniz Jr. (2009, p. 9) adverte para o fato de que essas normas que ela engendra devem

ser pensadas a partir de condições históricas específicas em que foram construídas e nas quais continuam fazendo sentido. Interessa aqui pensar, com Muniz Jr, que elas “revelam o caráter coletivo do trabalho por meio das vozes normativas de outros eus que deixaram seu registro de ação e coerção no decorrer do tempo”.

Põe-se a gramática diante do revisor. Ela é uma dessas “vozes normativas” que lhe dizem o que ele deve fazer. E também o que não lhe cabe executar. Coloca-se também em diálogo uma rede de outros textos, outras vozes que compõem a historicidade do texto a ser revisado. Todas essas vozes – que serão recuperadas ou refutadas – determinam o que o texto é e o modo como será recebido. “Essa trama interdiscursiva do texto a ser “mexido” determina quais normas o profissional de intervenção irá incorporar ao texto ou, ao contrário, vetar no decorrer do trabalho”. (MUNIZ JR, p. 9).

2.3 Ultrapassando as fronteiras do gênero gramatical

O gênero, tal como trazido pelos sistemas normativos do português, está identificado nos substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, participípios passados e gerúndios nominalizados (gênero lexical, morfológico e gramatical). Guilherme Mäder (2015, p. 59-63), como também Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018, p. 256) colocam em questão o gênero gramatical em português, posto como um mero fenômeno linguístico, separado do social. Não surpreende, apontam os últimos, o fato de que linguistas, em nome da garantia de “uma pretensa objetividade científica”, não problematizem a relação entre gênero gramatical e gênero social.

[...] o fato de o português (como outras línguas) possuir masculino genérico (i.e., o uso do masculino para se referir à humanidade como um todo) é tido como um simples fenômeno linguístico e não como um produto de convenções sociais e políticas de sociedades patriarcais. (BORBA; LOPES, 2018, p. 257).

Defende-se a língua ao colocá-la numa torre de marfim, por assim dizer, e apartá-la do que usuárixs fazem com ela e pensam sobre ela. [...] Trocando em miúdos, uma coisa é a língua e suas categorias inerentes e necessárias; outra coisa é a vida social e suas mudanças irrefreáveis. (BORBA; LOPES, 2018, p.263-264).

Refletindo a partir das palavras de Borba e Lopes trazidas na página anterior, cabe perguntar: que outros discursos sobre a língua estão escondidos por detrás dessa “pretensa objetividade científica” usada como argumento para a defesa da separação entre estrutura e função por parte da gramática normativa em relação ao masculino genérico? Como certos regimes de verdade constituem a língua? De que modo os usuários dessa língua os enfrentam?

A crítica feminista da língua, representada, dentre outras, por Ann Bodine, Deborah Cameron, Anne Pauwels e Julie Abbou, e referida por Borba e Lopes (2018, p. 257), problematiza alguns desses regimes de verdade, identificando-os como “frutos de convenções e negociações políticas” (p. 264). Um exemplo dessas convenções que representam a tentativa de dar primazia ao gênero masculino é a do gênero masculino não marcado em contraposição ao gênero feminino, que carregaria uma marca semântica de gênero. O gênero masculino não marcado tornou-se a justificativa para o uso do masculino genérico.

Mäder (2015, p. 124) põe em questão a separação entre estrutura (forma) e uso (função) que o conceito de gênero não marcado instala. De acordo com o autor, atuando dessa forma, é “como se as categorias de gênero gramatical nas línguas humanas fossem arbitrárias e imotivadas, estruturas etéreas e imutáveis, puramente formais e dissociadas do significado”. Ao desconsiderar o plano semântico, prossegue, o conceito de gênero não marcado se limita a

[...] constatar que o masculino é usado em muito mais contextos (seria menos restrito distribucionalmente) do que o feminino, e que é frequentemente usado para a denotação “genérica” de seres humanos, sem fornecer, de fato, uma explicação para esse uso, e partindo daí para uma generalização que desconsidera o uso real da língua e as exceções observadas (MÄDER, 2015, p. 124).

Mäder (2015), assim como Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007), mostra que a escolha do masculino não marcado não se deu por ‘puro acaso’, dissociada do contexto político e social que forja ideologias. Desse modo, apontam uma prática de linguagem sexista no uso do masculino não marcado na apropriação da palavra ‘homem’ para significar ‘gênero humano’. O que esse modo de expressão faz, diz Mäder (2011, p. 111), é “denotar o humano com um viés masculino, e em alguns casos, [...] apenas o ser humano do gênero masculino”. A ironia desferida por Caldas-Coulthard (2007, p. 238) na observação que faz em seguida à referência a essa forma de linguagem sexista faz coro às palavras de Mäder e expressa o espírito combativo de determinado segmento da crítica feminista no tratamento do tema: “A facilidade com que os homens podem esquecer do significado genérico pode ser ilustrada na tão citada observação de Eric Fromm (1949, p. 52) de que “os interesses vitais do Homem são a vida, a alimentação e o ‘acesso às mulheres’!”

A propósito, esse espírito combativo aparece em Caldas-Coulthard já na narrativa com que introduz seu artigo, da qual é uma das personagens. A autora denuncia a interdição que sofreu por parte de determinada editora quando optou pela referência gramatical genérica feminina em texto de sua autoria que integraria um livro de ensaios. Aliás, o título de seu artigo – “Caro colega: Exclusão linguística e invisibilidade” – antecipa essa denúncia quando se dirige

ao seu interlocutor no masculino genérico, fazendo ressoar dessa forma a invisibilidade anunciada no apostro explicativo.

A negativa do editor, por sua vez, merece destaque:

Há uma observação de forma que lhe peço licença para fazer a respeito de sua legítima decisão de escrever com constante referência feminina. Há pontos em que ou você gerará enunciados difíceis de aceitar como se os homens tivessem deixado de existir e só sobrassem mulheres pesquisadoras, autoras. Compreendo e partilho de sua intenção ao escrever assim, mas a leitura soa como um texto igualmente exclusivo ao contrário. (CALDAS-COULTHARD, 2007, p.232).

A censura à publicação do texto se contrapõe às observações do editor. Este reconhece a legitimidade da discussão da autora, manifesta a sua “compreensão” em relação à iniciativa dela, e mais: mostra-se um aliado na defesa da utilização do gênero gramatical feminino² (“partilho de sua intenção”). Mas, de fato, se alinha ao regime de verdade colocado pela gramática normativa quando considera que, ao escrever no gênero feminino, a autora vai construir “enunciados difíceis de aceitar”. A inaceitação, neste caso, partiria daqueles que apregoam a existência da regra gramatical como um sistema de verdades. Neste caso, o editor é o porta-voz dela.

Os tais enunciados a que se refere o editor promovem o apagamento da materialidade real da História, que reserva a exclusividade do texto aos homens, na medida em que propõem, como argumenta Caldas-Coulthard (2007, p. 237), que “a escolha do genérico masculino ou do feminino é da mesma ordem, isto é, que o masculino (não marcado) inclui, e o feminino exclui”.

As ponderações iniciais do editor, suas manifestações de compreensão e partilhamento, deixam ver, afinal, o movimento do discurso que, como ensina Eni Orlandi (2012, p. 213), apresenta “‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos”, que servem de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”, quando põem em relação o que é dito num lugar e noutro. E que dessa forma aponta, como já vimos anteriormente nas palavras de Fiorin (2016, p. 65), aprovações ou reprovações, adesões ou recusas, polêmicas e contratos, deslizamentos de sentidos [...]”.

² Referimos, desde o título deste ensaio, ao que Mäder (2015, p. 108-110) chamou de ‘feminino genérico’ para tratar do gênero gramatical feminino quando utilizado para denotar o gênero humano. Tanto o texto de Caldas-Coulthard aqui mencionado, quanto o livro de Debora Diniz que veremos em seguida, ao propor o uso do gênero gramatical feminino, alinham-se ao discurso que problematiza a preponderância do gênero gramatical masculino – o masculino genérico – para fazer alusão ao gênero humano.

2.4 Debora Diniz e a ‘carta’ ao revisor: subverter “dentro da norma”

A negativa do editor a Caldas-Coulthard tem sua contrapartida na publicação da obra *Carta de uma Orientadora: o primeiro projeto de pesquisa* (2013), de Debora Diniz. Ao justificar a escolha da referência gramatical genérica feminina, Diniz responde ao argumento daquele editor de que o feminino genérico³ tornaria os homens invisíveis e de que só restariam “mulheres pesquisadoras, autoras”:

A referência a “orientandas”, “orientadoras”, “professoras” e “autoras” não significa que esta carta não tenha destinatários homens ou que os autores não sejam referências confiáveis à pesquisa. Ao contrário, exatamente porque o lugar dos homens está tão bem assegurado na pesquisa acadêmica é que arrisquei a transgressão de descrever esta carta no feminino universal. (DINIZ, 2013, p. 9).

A carta, como o título mesmo indica, é o gênero discursivo escolhido por Diniz. A teoria dos gêneros do discurso desenvolvida por Bakhtin considera que os gêneros são “tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo”, por meio dos quais falamos no interior de uma dada esfera de atuação (FIORIN, 2016, p. 68-69). Desse modo, o autor do texto, como complementa Oliveira (2007, p. 64), “[...] se responsabiliza por imprimir um estilo (determinado pela escolha nunca neutra dos recursos linguísticos), por abordar um conteúdo temático, por dar uma construção composicional ao enunciado; [...]”.

Diniz apresenta um livro em forma de carta, que “endereça” à sua destinatária na condição de orientadora. O conteúdo temático está dado justamente na proposta que apresenta enquanto voz de autoridade que, munida da experiência, se propõe a apontar caminhos: “Serei sua orientadora”, anuncia (DINIZ, 2013, p. 16). “Você será minha orientanda.” (DINIZ, 2013, p. 18). A escolha da autora pela carta é sugestiva de seu propósito de dirigir seus interlocutores para o espaço de intimidade sugerido por esse gênero discursivo, criando, assim, “uma fusão entre os parceiros da comunicação, como nas cartas de amor, de onde emerge todo um modo de tratamento do domínio daquilo que é mais privado” (FIORIN, 2016, p. 70).

A autora comunica: “arrisquei a transgressão de escrever no feminino”. E é no feminino que inclui destinatários homens. A justificativa da escolha dos recursos linguísticos já fora dada. No papel de orientadora, aponta para a possibilidade de outros caminhos (“Não se sintam

³ Na justificativa que aparece destacada em seguida, a autora utiliza a expressão ‘feminino universal’ no lugar de ‘feminino genérico’, explicitando o caráter mais abrangente sugerido pelo adjetivo e potencializando, portanto, a dicotomia que opõe os gêneros gramaticais/sociais.

obrigada a seguir essa regra. Acolherei as escolhas de gênero que fizer no seu texto.”) (DINIZ, 2013, p. 9).

Ocorre, entretanto, que essa “acolhida”, esse espaço de liberdade que Diniz oferece, é relativo, e os limites desse lugar ela apresenta logo em seguida, quando estabelece diretrizes que considera que deverão ser observadas:

Só tenho um pedido: não use sinais gráficos inexistentes no idioma, tais como “x” ou “@” para representar os limites de gênero. Se o masculino universal e neutro também a incomoda, escolha uma subversão dentro da norma (DINIZ, 2013, p. 9).

É no terreno da gramática normativa que se deve escrever, apregoa a orientadora. A transgressão só cabe “dentro da norma”. Em outras palavras, Diniz aponta como a língua pode ser excludente e opressora com as mulheres, mas recomenda tão somente o espaço estrito da gramática normativa como campo de forças diante do apagamento imposto pela norma, na medida em que esta prescreve o masculino genérico como a regra.

A missivista ignora inovações de gênero gramatical as quais, defendem Borba e Lopes (2018, p. 259), representam a “radicalidade estrutural e social” (p. 259) e “derivam de um impulso politicamente engajado que visa apagar a desigualdade de gênero na língua e na sociedade” (2018, p. 246). Assim, o apagamento do gênero gramatical por meio do uso da letra “x” (orientandxs, por exemplo) ou pela utilização do “@” para substituir a desinência de gênero de substantivos e adjetivos (a exemplo de alun@s orientand@s) não é bem-vindo.

Importa dizer tudo isso na medida em que, no conjunto de vozes que compõem a trama interdiscursiva figura também o revisor, “orientado” quanto ao modo de “mexer” no texto de Diniz. Essa voz que lhe diz como deverá se dar a sua intervenção no texto lhe oferece a gramática normativa, o sistema de normas prescritivas. E lhe diz que o revisor não deverá prescindir dela. Entretanto, apto que deverá estar para escutar “as outras vozes” que circulam no universo discursivo, para perceber a sua historicidade, tem que lançar mão da norma prescricional para desconstruí-la, como quer a autora.

2.5 André Carvalho: autor e revisor na contramão da norma

As inovações de gênero gramatical rechaçadas pela autora de *Carta de uma Orientadora: o primeiro projeto de pesquisa* (2013) é o tema com que André Carvalho inicia sua “nota sobre a edição” nas reflexões que compõem o livro *Como salvar o futuro: Ações para o presente* (2021). Ali Carvalho reavalia a utilização, em outra obra de sua autoria, do caractere

“@” e da letra“x”, justifica a mudança de rumo e propõe novos caminhos para fazer frente à hegemonia do masculino genérico: “A linguagem utilizada neste livro, chamada de linguagem inclusiva/neutra, busca desconstruir simbolicamente essa noção de superioridade do homem sobre mulheres e pessoas não binárias⁴” (CARVALHAL, 2021, p. 71). As estratégias de dizer com que Carvalho pretende “desconstruir generalizações sexistas”, e que têm a intenção de eliminar a hierarquização do masculino “acima do feminino e do não binário”, a denominada linguagem inclusiva/neutra, consiste na

[...] adaptação de pronomes pessoais, artigos, adjetivos, substantivos e prenomes próprios, de modo que não fique demarcado na palavra o gênero, de que são exemplos os pronomes “ilo” ou “elu”, as palavras com o sufixo neutro -e (minhe, sue, tue, tode, todes), a combinação de palavras sem marcação binária (pessoa técnica, pessoa analista, [...]). (PIETRANI,2021, p. 193).

Ao contrário da orientação de Diniz, para quem, como vimos, as escolhas “subversivas” devem se dar “dentro da norma”, as opções de Carvalho seguem na contramão da gramática normativa: “Vale ressaltar que essa não é uma norma gramatical”, afirma, “é uma experimentação simbólica”. Trata-se de modificações que, como assinalam Borba e Lopes (2018, p. 246), “mexem na estrutura da língua e bagunçam de certa forma o sistema de gênero que é tido como estável e arbitrário”. O que Carvalho pretende com sua “experimentação simbólica” é retirar a língua da torre de marfim em que a gramática normativa a coloca, na qual é apresentada como “sistema abstrato de signos”, inserindo-a num mundo que é instável. (BORBA; LOPES, 2018). Desse modo, as ações que aponta para promover a mudança da sociedade serão capazes de acolher sujeitos que não se sentem representados pelo/no sistema de normas, acredita Carvalho.

Essa experimentação simbólica, um modo de enfrentamento e reorganização do social, está sendo construída, na expressão do autor, “de forma coletiva”; ela se dá numa obra apresentada como uma espécie de manual que, como o título mesmo antecipa, pretende apontar ações no presente para “salvar o futuro”. Um guia prático que, como tal, deseja estabelecer uma conexão direta com o seu destinatário (“Este livro é um convite ao diálogo” (p. 19)), utilizando-se para isso de um tom confessional, no sentido de construir com esse interlocutor um mundo compartilhado. Esse gênero discursivo permite, portanto, ao autor uma “abertura para o outro”: o locutor revela uma posição e convoca o seu interlocutor a uma resposta, a uma réplica, condição

⁴ A identidade não binária, explica Carvalho, diz respeito a pessoas que não se identificam com o gênero masculino ou com o gênero feminino. (CARVALHAL, 2021, p. 20)

mesma para que se dê o acabamento que tem por sua vez, como base, a relação do eu com o outro. Construção de um modo de dizer a partir da incompletude do locutor, prática discursiva que requer o acabamento que o diálogo com o seu interlocutor vai produzir.

Com o olhar voltado para o profissional de revisão, esse importante interlocutor na cadeia do discurso, “voz discursiva” que nos diz respeito particularmente, está claro que as respostas ao seu trabalho não se encontram, no que diz respeito à obra de André Carvalho, na gramática normativa. No diálogo que vai se estabelecer aqui, revisor e autor deverão atuar juntos no sentido de desmontar um modelo ideal de língua construído a partir de uma política de controle e padronização (FEDATTO; COELHO, 2016). A organização das práticas discursivas que envolvem essa política desconsidera a relação entre gênero gramatical e gênero social, como vimos, como também ignora a questão do masculino genérico enquanto construção social e política de sociedades patriarcais (BORBA; LOPES, 2018). É essa ideologia, são esses sistemas de verdades que as vozes do autor e do revisor vão combater – aí é que vai se dar o embate na tentativa de reorganizar o social. É aí que deverão se insurgir para produzir o acabamento do texto.

2.6 Eliane Brum e o revisor: a linguagem inclusiva onde a palavra está ausente

O profissional incumbido da tarefa de revisar o relato pessoal da jornalista Eliane Brum no livro *Banzeiro òkòtò: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo* (2021) estará, do mesmo modo que no livro de André Carvalho, diante de um texto narrado em tom confessional e que quer, portanto, uma aproximação com o leitor (“Se você reparar, todas as minhas metáforas são corpóreas, e nem metáforas são” (BRUM, 2021, p. 10)). A tentativa de seduzir o leitor – essa voz outra que participa do diálogo no texto – para a adesão a novas formas de usar a língua e produzir a linguagem leva a que tanto Carvalho quanto Brum se proponham a discutir com esse leitor o estranhamento que a escolha de ambos os autores pela linguagem neutra ou inclusiva pode produzir no interlocutor:

Agora pense aí, como é para você receber isso? Como é a experiência de fazer uma leitura desta forma? **Pode ser que seja estranho ou desconfortável**, como foi para diversas pessoas a vida toda. (CARVALHAL, 2021, p.72, grifo nosso).
Imagino que a maioria vai estranhar e até ficar incomodada no início da leitura, como aconteceu também comigo. (BRUM, 2021, p.6, grifo nosso).

Banzeiro òkòtò (2021) parte de uma investigação da própria autora. Narrada em primeira pessoa, a obra de quase quatrocentas páginas escrita por uma jornalista experiente, além de

escritora de ficção, se propõe a denunciar a devastação da floresta amazônica, ao mesmo tempo em que reflete sobre os impactos negativos das ações de determinados grupos minoritários sobre a floresta e os seres que a habitam.

Disposta, como os demais autores que vimos até aqui, a justificar a ‘escolha’ da linguagem neutra ou inclusiva – “uma busca que responde à necessidade de usar outra linguagem para acolher outras vidas e criar outros mundos” (p. 6) –, Brum o faz com base na experiência que alimenta nela a convicção de que habita mundos cuja existência só é possível fora dos limites da gramática prescritiva. “A experiência de conviver com outros mundos e outras gentes torna a língua e a linguagem que habito – e o corpo que sou – radicalmente faltantes” (p. 301), afirma. E lança ao leitor o seu propósito enquanto escritora: “Meu desafio neste livro e em tudo o que escrevo é como expressar essa falta, não a ocultando, mas a marcando nas palavras” (BRUM, 2021, p. 301).

Lá no lugar mesmo do que falta, do que está ausente, lá onde “não há amparo de uma língua, nem de uma linguagem” (BRUM, 2021, p. 300), é nesse espaço que denuncia apagamentos de “outras vidas” e de “outros mundos” e que fala da incompletude, que Eliane Brum reivindica a marca do gênero neutro, “rompendo assim o binarismo contido na formulação humanos/humanas para traduzirmos a translíngua/linguagem de humanes” (BRUM, 2021, p. 302). É a palavra nova, afinal, que passa a habitar o lugar da falta.

A autora parece concordar com Fedatto e Coelho (2016, p. 354), que citamos anteriormente, quando considera que suas escolhas linguísticas instalam um lugar de tensão no espaço social. Afinal, para Brum (2021, p. 305), “A língua [...] é um campo onde as batalhas realmente importantes são travadas o tempo todo”.

O revisor de texto é aliado da narradora nesse campo de batalhas cujo alvo é o acabamento da linguagem por meio da ‘marca’ do gênero neutro nas palavras. Ela o convoca para o diálogo; reivindica que o revisor “mexa” no texto sempre que ela, na “impossibilidade de converter a complexidade da vida em palavras” (BRUM, 2021, p. 300), for incapaz de fazê-lo. O recado ao revisor está dado quando anuncia na nota explicativa da página 6: “Usei-a [a linguagem inclusiva ou neutra] sempre que possível, porque ainda estou tateando.” E de novo, quando repete na página 302: “[...] a linguagem neutra que procuro adotar neste livro, ainda tateando e buscando, mas aceitando o desafio de tatear e buscar, [...]”. Está, portanto, explicitada a “trama interdiscursiva” do texto, a partir da qual vai acontecer o diálogo de Brum com o seu revisor.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

O revisor, nos textos que trouxemos aqui, é uma voz que dialoga com Eliane Brum, André Carvalho e Débora Diniz, mas também com Caldas-Coulthard, Guilherme Mäder, Rodrigo Borba, Adriana Lopes. Essas vozes, que, por sua vez, dialogam entre si, além de outras tantas vozes que atravessam o discurso – não nos esqueçamos da voz representada pela gramática normativa –, é que são responsáveis por colocar em cena as “estratégias do dizer” que procuramos apontar, de modo a produzir o discurso cujas condições extrapolam as fronteiras da tradição gramatical, como vimos, instalando outras possibilidades de expressão dos sujeitos no mundo. Afirmar isso significa considerar a dimensão textual-pragmática-discursiva do texto, para além de sua dimensão linguística, tão somente.

Fica claro, portanto, que Brum, Carvalho e Diniz, no diálogo com seu revisor, optaram pelo segundo caminho apontado por Fedatto e Coelho (2016):

Revisores e autores precisam decidir em conjunto entre aceitar uma imagem social de cultivo e domínio da língua erudita ou **assumir a postura mais inovadora de que a norma deve considerar o uso efetivo da língua e não ir contra ele.** (FEDATTO; COELHO, 2016, p. 352, grifo nosso).

Esse dialogismo possível não torna menos complexa a tarefa do revisor; pode, no entanto, alargar possibilidades de novas textualizações, como apontou Muniz Jr (2009, p. 7), “para que o texto tenha uma recepção o mais próximo possível da esperada/desejada”.

REFERÊNCIAS

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n.esp. VIII SENALE, p. 241-285, 2018.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkótò**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, 394 p.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão Linguística e Invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, v 1(2), p. 230-246, 2007.

CARVALHAL, André. **Como salvar o futuro**: Ações para o presente. São Paulo: Paralela, 2021, 216 p.

COSTA, Roger Vinícius da Silva; RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; PENA, Daniela Paula Alves. Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da Linguística. **Revista Philologus**, Ano 17, n. 51, set./dez.2011 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. 2. ed. Brasília: Letras Livres, 2013, 104 p.

FEDATTO, Carolina P.; COELHO, Beatriz Garcia Pinto. A prática de revisão de textos entre inadequação e inovação: uma discussão sobre variação, mudança e política linguística. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 337-357, 1º sem. 2016.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020, 136 p.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019, p. 174, 229 p.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. Florianópolis, UFSC, 2015. Dissertação de Mestrado.

MUNIZ Jr, José de Souza. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, setembro de 2009.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos**: entre dizeres e fazeres. Natal, UFRN, 2007. Tese (Doutorado em Letras).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017, 239 p.

PIETRANI, Anélia. Gênero. In: JOBIM, José Luís *et al.* (org.). **(Novas) Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Edições Makunaíma, 2021, p. 172-206. Disponível em: <http://www.edicoesmakunaima.com.br/2022/07/20/novas-palavras-da-critica/> Acesso em: 15 nov. 2022.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 357-368, 1º sem. 2015.

SAAVEDRA, Carola. **O mundo desdobrável**: ensaios para depois do fim. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021, 206 p.